

A CEPAL E OS DILEMAS DA AMÉRICA LATINA: (SUB) DESENVOLVIMENTO E (IN) JUSTIÇA SOCIAL?

Marcos Antonio da Silva¹
Lucimara Inácio do Prado da Silva²

RESUMO: O presente trabalho analisa os dilemas da América Latina, considerando a dicotomia subdesenvolvimento e desenvolvimento, a partir do pensamento da CEPAL. Para tanto, discute a organização da agência e seu papel no sistema das Nações Unidas e, em seguida, analisa o debate sobre o subdesenvolvimento latino-americano, considerando as contribuições de Prebisch e Furtado. A partir disto, analisa a mudança de perfil institucional da organização, na atualidade, e seu impacto na concepção desenvolvimentista cepalina, procurando demonstrar que a emergência de uma nova visão sobre seu perfil institucional convive com o (persistente) dilema do desenvolvimento latino-americano.

Palavras-chaves: CEPAL; América Latina; Desenvolvimento.

THE ECLAC AND THE DILEMMAS OF LATIN AMERICA: (SUB) DEVELOPMENT AND SOCIAL (IN) JUSTICE?

ABSTRACT: The present work analyzes the dilemmas of Latin America, considering the dichotomy underdevelopment and development, based on ECLAC thinking. To this end, it discusses the organization of the agency and its role in the United Nations system, and then analyzes the debate on Latin American underdevelopment, considering the contributions of Prebisch and Furtado. From this, it analyzes the current institutional change in the organization's profile and its impact on ECL development, trying to demonstrate that the emergence of a new vision on its institutional profile coexists with the (persistent) dilemma of Latin American development.

Keywords: ECLAC; Latin America; Development.

1. Introdução

A América Latina possui inúmeros dilemas que perpassam os distintos níveis da convivência social, adotando um caráter multidimensional, e continuam desafiando, desde o processo de independência e construção dos estados nacionais, o futuro regional. Embora amplo, dinâmico e em constante adaptação, pode-se apontar que o principal dilema multidimensional latino-americano está associado a construção de uma sociedade que combine, de forma articulada e coerente, desenvolvimento (economia), com justiça social (sociedade) e uma política democrática inclusiva e cidadã (política).

¹ Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD). Email: marcosilva@ufgd.edu.br

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)- Ponta Porã. Graduada em Economia pela UFPR.

Desta forma, pode-se apontar que, ao longo do século passado, tal dilema esteve associado aos principais fenômenos políticos e econômicos que sacudiram a região, desde a Revolução Mexicana, passando pelos processos de industrialização relacionados a ‘substituição de importações’ (incompleto na maioria dos países da região) até o advento da redemocratização, no Cone Sul e América Central, combinada com os efeitos do processo de globalização, impulsionados nos anos 90.

Além disto, a atuação política dos principais líderes latino-americanos também esteve relacionada ao desenvolvimento, e sua face mais evidente a industrialização, como ocorreu com a atuação de Vargas no Brasil e Perón na Argentina, para citarmos dois casos emblemáticos.

Apesar destas iniciativas, o desenvolvimentismo latino-americano chocou-se tanto com as limitações estruturais e sua condição (marginal) na estrutura econômica mundial e, principalmente, com a persistência da desigualdade econômica e social que, até momento, constitui-se num dos principais limites para qualquer projeto desenvolvimentista, minando sua continuidade e seus possíveis efeitos para a sociedade, minando, desta forma, a possibilidade de justiça social e criando sociedades que, se inserem no noção de Boaventura Santos, que podem ser caracterizadas como “politicamente democráticas mas socialmente fascistas”.

Neste sentido, apesar dos avanços recentes, e incipientes e marginais, devido a atuação dos governos progressistas da região nestas duas primeiras décadas, as medidas recentes de retiradas de direitos ou de auxílio ilimitado ao capital tendem a recolocar o dilema latino-americano e os desafios para a construção de um desenvolvimento integral, o desenvolvimento econômico e social, que possa propiciar um bem-estar a toda sociedade e a superação das desigualdades.

Sendo assim, o presente trabalho procura discutir a realidade econômica e social contemporânea da América Latina, apresentando e refletindo, a partir da atuação da CEPAL, os principais contornos do debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento na região procurando, a partir disto, compreender o dilema regional contemporâneo, ou seja, como combinar desenvolvimento econômico e social.

Para tanto, o trabalho, além da introdução e conclusão, está organizado da seguinte forma. Na primeira parte, discute o papel da CEPAL no debate sobre os rumos do desenvolvimento na América Latina, discutindo seu papel como agência integrada ao sistema

da ONU e os principais aspectos da formulação da dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento presente nos dois principais expoentes de tal instituição, o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado. Em seguida, discute a modificação de seu perfil institucional e os impactos disto na concepção de desenvolvimento da agência, procurando apontar algumas condições e desafios do desenvolvimento econômico e social da região na atualidade.

2. A CEPAL e debate clássico sobre o (sub) desenvolvimento: uma aproximação as contribuições de Prebisch e Celso Furtado.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada, em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região, apontando políticas que poderiam ensejar tal desenvolvimento como também para sua inserção no mercado internacional e nas relações comerciais que se desenhavam depois da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, constituía-se numa agência que se inseria no objetivo fundamental da ONU que era, diante do cenário de conflitos, indicar a possibilidade de uma governança global, alicerçada no poder das superpotências, que deveria minimizar os conflitos, estimular a cooperação e contribuir para o desenvolvimento de toda a humanidade, embora tenha sido hegemonzada pela perspectiva norte-americana.

Apesar desta pretensão inicial, a CEPAL acabou se constituindo numa escola de pensamento que procurou discutir e adaptar a noção de desenvolvimento a realidade latino-americana, graças principalmente ao trabalho de dois de seus principais expoentes nas duas primeiras décadas de existência da instituição, o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado. Neste sentido, como apontam Filho e Corrêa: “Contudo, a CEPAL foi, durante os anos 1950, e até os anos 1970, uma Escola do Pensamento, isto é, foi responsável por uma interpretação do desenvolvimento econômico da América Latina que confrontava alguns aspectos fundamentais da visão dominante do desenvolvimento, norteadora das ações de recuperação das economias no imediato pós-guerra, sobretudo a partir da implementação do Plano Marshall em 1947” (FILHO e CORRÊA, 2011, p. 93).

Desta forma, o trabalho da CEPAL, alicerçado na tentativa de construção de um pensamento próprio sobre a realidade regional, transformou a instituição numa escola de

pensamento, ampliando seu caráter original que procurou rediscutir, inclusive, a própria noção de desenvolvimento, pois:

“Nesse período, a visão dominante era de que as diferenças de desenvolvimento, que eram ali claramente percebidas, eram resultado de condições históricas particulares de cada país, que tendiam a ser superadas pela ultrapassagem das fases necessárias do desenvolvimento econômico, caminho já desenhado e trilhado pelos EUA. Assim, bastaria que as economias nacionais expandissem as suas atividades produtivas tradicionais e incrementassem o comércio internacional para que o desenvolvimento econômico fosse alcançado. Diferentemente, a CEPAL sustentava que a divisão internacional do trabalho que se apresentava no pós-guerra não permitiria que os países mais pobres (subdesenvolvidos) alcançassem o nível do desenvolvimento dos EUA, por exemplo. A manutenção e a reprodução da especialização produtiva das economias latino-americanas tenderiam, ao contrário, a aumentar as disparidades de níveis de desenvolvimento, pela deterioração progressiva e tendencial dos termos de troca” (FILHO e CORRÊA, 2011, p. 94).

Em suma, ao discutir as perspectivas de desenvolvimento latino-americano a CEPAL indicava os riscos de uma adoção acrítica de tal noção, os limites relacionados a mera repetição dos processos de outras nações e, principalmente, a necessidade de incorporação em tal debate das realidades nacionais e, principalmente, da natureza e condições (marginal) ocupada pela América Latina na divisão de comércio internacional que poderia acentuar seu caráter primário-exportador e dificultar seu desenvolvimento.

Desta forma, emerge o modelo cepalino de desenvolvimento que, desde então, procurou incentivar o desenvolvimento regional através de uma política de promoção da industrialização, alicerçada na noção de ‘substituição de importações’, com firme atuação estatal, que contribuiu para o desenvolvimento de importantes parques industriais em Brasil, Argentina e México, dentre outros³.

Neste sentido, a abordagem cepalina, partindo da interação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e apontando que este não é uma etapa mas está relacionado de forma subordinada ao primeiro, teve importantes repercussões teóricas e práticas, envolvendo um grupo expressivo de intelectuais latino-americanos, dentre os quais se destacam R. Prebisch e Celso Furtado (BIELSCHOWSKY, 2000; FILHO e CORRÊA, 2011).

³ Bielschowsky aponta as seguintes fases e idéias-chaves para atuação da Cepal: “a) Origens e anos 1950: industrialização; b) anos 1960 : “reformas para desobstruir a industrialização”; c) anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora; d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”; e) anos 1990: transformação produtiva com equidade” (Bielschowsky, 2000, p. 18).

Em Prebisch encontramos uma visão de desenvolvimento que se fundamenta na visão de que a economia mundial estaria organizada em dois pólos fundamentais, o Centro, formado pelos países desenvolvidos, e a Periferia, formada pelos países subdesenvolvidos, estabelecendo uma relação que manteria a dependência e o subdesenvolvimento destes. Neste sentido, a Periferia seria caracterizada pela heterogeneidade e coexistência dos setores modernos e atrasados, pelo baixo nível de investimentos e pela dificuldade de incorporação do progresso técnico, que gerava um ciclo de deterioração dos termos de troca em relação aos países centrais, acentuando o subdesenvolvimento e a condição periférica.

Sendo assim, apesar da evolução em seu pensamento⁴, pode-se apontar que Prebisch compreendia que: “Para o teórico auferido, era prioritária a tarefa de formular uma teoria da periferia que conciliasse a racionalidade do planejamento para implantar a indústria, elemento central em uma sociedade para mobilizar os recursos para a inovação tecnológica e a se desvencilhar dos postulados da teoria liberal (...) A política de desenvolvimento de Prebisch para a América Latina está direcionada para o comércio exterior, a tecnologia e a acumulação de capital. A política de industrialização é uma ação necessária para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento e a dependência da América Latina em relação aos países centrais” (GUMIERO, 2017, p. 106-115).

A outra referência fundamental do trabalho da CEPAL e do debate sobre o desenvolvimento latino-americano refere-se a Celso Furtado. Portador de uma obra vasta e instigante⁵, abordando temas relacionados a História Econômica, a Política Econômica, a Teoria do Desenvolvimento e ao Planejamento, dentre outros, sua abordagem também se constituiu num marco fundamental para o pensamento cepalino (Tavares, 2000).

⁴ Como aponta Couto, a partir de texto autobiográfico de Prebisch, seu pensamento passou por cinco momentos distintos: “Na primeira, tratamos das idéias de Prebisch desenvolvidas entre os anos de 1943 e 1949: da sua aceitação do ciclo econômico e do repúdio as teorias do equilíbrio. Na Segunda Etapa, que cobre os anos de 1949 a 1959, são expostas as idéias mais conhecidas do economista argentino: o sistema centro-periferia e a deterioração dos termos de intercâmbio. Na Terceira Etapa, situada entre 1959 e 1963, aparece sua defesa pública pela criação de um mercado comum latino-americano e o conceito de insuficiência dinâmica da economia. A Quarta Etapa marca a passagem de Prebisch pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), entre os anos de 1963 e 1969. A Quinta Etapa tem início em meados dos anos 1970 e termina com sua morte em 1986. É o momento em que Prebisch se aproxima do pensamento de Karl Marx para propor uma síntese entre liberalismo e socialismo” (COUTO, 2007, p. 46).

⁵ Mesmo considerando a amplitude e a diversidade de sua obra, que inclui clássicos como Formação Econômica do Brasil (1959), Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961), Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967a), Formação econômica da América Latina (1969), O mito do desenvolvimento econômico (1974), uma introdução ao seu pensamento econômico pode ser encontrada em Szmrecsányi (2001) e Tavares (2000).

Neste sentido, através de um diálogo com o trabalho de Prebisch, com quem compartilha a constatação das persistentes heterogeneidades produtiva e da insuficiência da estrutura produtiva, procura ampliar o debate sobre o desenvolvimentismo incorporando elementos relacionados a análise do crescimento econômico (seus efeitos e limites), a dinâmica do emprego e a distribuição de renda, como aspectos fundamentais para se construir uma agenda que superasse as lacunas do desenvolvimento latino-americano.

Além disto, como aponta Bielschowsky, sua contribuição foi fundamental para o método analítico da agência, ao fornecer três aportes fundamentais ao estruturalismo cepalino:

“Em primeiro lugar, adicionou uma perspectiva histórica de longo prazo (1959 a 1970) e mostrou que durante séculos, em sucessivos períodos de crescimento e retração (no Brasil, os ciclos da cana-de-açúcar, da mineração e do café), ocorreu a produção e a reprodução de dualidades (ou heterogeneidades) econômicas e sociais, além da baixa diversidade produtiva. (...) Em segundo lugar, com o livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na América Latina” Furtado iniciou o debate sobre a dificuldade dos setores urbanos modernos para absorver a massiva força de trabalho que se translada do campo às cidades. Provavelmente ele foi o primeiro a levantar a possibilidade da persistência no longo prazo do subemprego na América Latina, ou a persistência em longo prazo da dualidade analisada por Arthur Lewis (1954). Em consequência, foi também pioneiro ao afirmar que a elevação de produtividade em setores modernos pode por um longo período coexistir com baixos salários e manter a secular má distribuição de renda na América Latina. (...) A terceira grande contribuição de Furtado ao estruturalismo veio alguns anos mais tarde, quando aprofundou a análise das relações entre crescimento e distribuição da renda. Argumentou que a concentração da renda e da propriedade predetermina a composição setorial do investimento e as escolhas tecnológicas, levando a fração moderna da estrutura produtiva na América Latina a uma densidade de capital similar à dos países desenvolvidos. A tecnologia empregada pode contribuir para manter o pleno emprego e altos salários nestes últimos países, mas na América Latina é inadequada para absorver a oferta abundante de mão-de-obra e elevar salários de forma sistemática” (BIELSCHOWSKY, 2005, p. 185-185).

Tal citação é importante por destacar dois aspectos fundamentais da contribuição de Celso Furtado. Por um lado, sintetiza sua contribuição ao pensamento cepalino demonstrando seu papel no desenvolvimento de uma perspectiva histórica (de longo prazo) na abordagem do tema, por destacar como o desenvolvimento na periferia poderia manter (e até aprofundar) os problemas relacionados ao subemprego, a concentração de renda e as injustiças sociais e, por fim, demonstrando que crescimento (ou desenvolvimento) econômico na região pode não incidir de forma positiva no emprego e no nível salarial.

Além disto, tal texto destaca-se por demonstrar a atualidade de tais contribuições e como continuam sendo fundamentais para pensar o desenvolvimento latino-americano recente. Neste sentido, convém destacar que tal abordagem nos permite compreender as

condições e os debates contemporâneos na região associados a manutenção da condição periférica, evidenciada nos limites da inovação tecnológica e dos termos de trocas comerciais, como se mantém a relação perversa entre crescimento, distribuição de renda e desigualdade social, caracterizada pelos indicadores sociais da região, nos limites de investimento e do processo de acumulação de capitais e, muito importante, no processo de reprimarização e desindustrialização, de impactos diversos em cada país, e da ampliação da heterogeneidade (numa combinação tensa entre o novo e o antigo) nos distintos setores e, inclusive, numa mesma indústria.

Por fim, vale assinalar sua contribuição, ressaltada em seus últimos trabalhos, de uma concepção não-determinista do desenvolvimento, incorporando uma perspectiva de possível superação dos limites herdados do passado, indicando que não há um determinismo histórico da condição de subdesenvolvimento da América Latina. Desta forma, aponta a indeterminação dos processos econômicos, o que pode conduzir a diversos resultados, indicando que: “Ao estabelecer a significação do não-econômico nas cadeias de decisões que levam à transformação dos conjuntos econômicos complexos, a teoria do desenvolvimento encarrega-se de pôr a descoberto suas próprias limitações como instrumento de previsão. Na medida em que o não-econômico traduz a capacidade do Homem para criar História e inovar, no sentido mais fundamental, a previsão econômica tem necessariamente de limitar-se a estabelecer um campo de possibilidades, cujas fronteiras perdem rapidamente nitidez com a ampliação do horizonte temporal” (FURTADO, 2000, p. 10).

Sendo assim, pode-se destacar que tais elaborações contribuíram para um trabalho original da CEPAL, adaptando o debate e a análise as condições (e necessidades) latino-americanas. Neste sentido, a agência adquiriu uma autonomia relativa em relação as instituições do sistema ONU, pelo menos nas duas primeiras décadas de sua existência, como apontam Filho e Corrêa (2011) constituindo-se numa escola de pensamento econômico, que se distanciava dos cânones (acadêmicos e institucionais) oficiais.

Tal autonomia se refletiu na originalidade e relevância do debate sobre o subdesenvolvimento latino-americano que teve repercussões na teoria e na condução da política econômica regional. No primeiro caso, tal debate está diretamente relacionado a emergência de uma teoria genuinamente latino-americana denominada de Teoria da Dependência, envolvendo intelectuais do porte de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini,

Fernando H. Cardoso e E. Falleto, dentre outros, e que teve repercussões globais, antes da emergência da perspectiva decolonial (SANTOS, 2000; LANDER, 2005).

A outra dimensão, sua influência na política economia regional, e como isto foi-se modificando, junto com seu perfil institucional, será discutida adiante.

3. A CEPAL e o (sub) desenvolvimento: de escola de pensamento a ação institucional.

Como vimos anteriormente, a perspectiva cepalina esteve associada, até ponto, a concepção de que a superação da condição periférica da América Latina estaria relacionada a construção de um processo de industrialização através da ação ativa do Estado. Desta forma, tal concepção adquiriu uma relevância concreta nas políticas que se desenvolveram na região e impactaram as políticas econômicas.

Considerando sua contribuição prática, associada a implantação de políticas públicas (principalmente, a política econômica) e a atuação estatal, a ação da CEPAL pode ser percebida no seguinte quadro:

SÍNTESE DOS ELEMENTOS ANALÍTICOS QUE COMPÕEM O PENSAMENTO DA CEPAL.

Períodos e Temas	Inserção Internacional	Condições estruturais internas	Ação Estatal
1948-60 (industrialização)	Deterioração dos termos de intercâmbio; Desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; integração regional.	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas por especialização e heterogeneidade estrutural; inflação estrutural e desemprego.	Conduzir deliberadamente a industrialização.
1960 (reformas)	Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial.	Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para a redinamização da economia; heterogeneidade estrutural; dependência.	Reformar para viabilizar o desenvolvimento.
1970 (estilos de crescimento)	Dependência, Endividamento perigoso; insuficiência exportadora.	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização combinando mercado interno e esforço exportador.	Viabilizar estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer exportações industriais.

1980 (dívida)	Asfixia financeira.	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques de estabilização; custo social do ajuste.	Renegociar a dívida para ajustar com crescimento.
1990-98 (transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais.	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir o “hiato da equidade”.	Implementar políticas de fortalecimento da transformação produtiva com equidade.

(fonte: Bielchowsky, 2000, p. 19).

Tal quadro é relevante por indicar os princípios da política econômica adotada na região, adaptando-se a realidade nacional, e, principalmente, por demonstrar como a influência da CEPAL foi determinante, principalmente nas décadas de 50 a 70, contribuindo para a construção de políticas de desenvolvimento relacionadas aos temas fundamentais de cada período e a atuação estatal, alicerçadas em determinada compreensão da América Latina, suas condições estruturais e sua inserção internacional, indicando as potencialidades e limites para o desenvolvimento regional. Neste sentido, convém destacar que as indicações sobre a ação estatal, presentes na última coluna, refletem a evolução dos diversos elementos associados à compreensão da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, presentes nas concepções de Prebisch e Furtado, como discutimos anteriormente.

Além disto, tal quadro revela a visão dinâmica da agência sobre a noção de desenvolvimento, o que nos permite identificar, também, sua mudança de perfil institucional, que vai incorporando novos elementos ao debate sobre o desenvolvimento e redefinindo a relação Estado-Mercado, nas orientações apresentadas em seus documentos, principalmente nos anos 90. Neste sentido, que ao discutirem a mudança da CEPAL apontam que a atuação anterior era distinta de seu papel no ordenamento do sistema da ONU e o que ocorre é, na verdade, um retorno a ‘normalidade institucional’, pois: “Nossa tese é que o funcionamento atual é muito mais identificado com o de organismos multilaterais do que aquele dos anos 1950. Assim, invertamos a lógica do raciocínio para colocar em discussão a tese de que a mudança recente de orientação teórica e prática (as recomendações de políticas) é um encontro genuíno com a sua natureza de instituição das Nações Unidas, ficando o

funcionamento dos anos 1950 e 1960 como um interregno extraordinário” (FILHO e CORRÊA, 2011, p. 94).

Sendo assim, podemos identificar tal mudança na redefinição da noção de desenvolvimento e no papel institucional, que se reflete em documentos e publicações, demonstrando a passagem de uma escola de pensamento para uma atuação institucional.

No primeiro caso, relacionado ao debate sobre o desenvolvimento deve-se observar que tal mudança esteve associada a fragmentação do tema derivado de novas abordagens, da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, com a incorporação da temática ambiental, como foco das agências multilaterais, nos anos 80 e 90, e da constituição de governação global, associada a globalização e ao fim da bipolaridade, que apontam para novas temáticas mais relevantes na agenda global. Tais elementos podem ser complementados pelo esgotamento da perspectiva desenvolvimentista pois: “Esta é uma circunstância comum ao conjunto das teorias do desenvolvimento das quais as proposições da CEPAL são uma parte. As políticas de desenvolvimento que foram decorrentes das abordagens teóricas do desenvolvimento não alcançaram os resultados esperados, sobretudo a diminuição do hiato entre os níveis de desenvolvimento dos países capitalistas” (FILHO e CORRÊA, 2011, p. 100).

Estas modificações epistemológicas são importantes para identificar a mudança de perfil institucional da CEPAL, no entanto, devem ser complementadas por duas razões para uma compreensão adequada. A primeira refere-se ao fato de que, com o passar dos anos, todo o sistema ONU e as agências a ele subordinadas, adquiriram experiência, acumularam êxitos e fracassos e o sistema foi-se aprimorando. Desta forma, tais agências foram sendo responsabilizadas de forma mais ampla, conduzindo a um aprimoramento de sua atuação, bem como os governos nacionais, base do sistema, passaram a exercer uma maior capacidade de controle e orientação na atuação destas, delimitando sua capacidade de discussão e elaboração de diretrizes.

A segunda razão que repercutiu diretamente em tal mudança e no debate sobre o desenvolvimentismo relaciona-se ao contexto histórico contemporâneo, associado ao fenômeno da globalização, ao advento neoliberal e a crise do estado de bem-estar, pois como apontam Filho e Corrêa: “Após o esgotamento da "fase de ouro do capitalismo", que se inicia no pós-segunda guerra e alcança meados dos anos 1960, abre-se uma fase de transição a um novo "estilo de desenvolvimento global". Dois aspectos a realçar: a transição se dá com a

configuração de um novo padrão tecnológico, que permitiu uma integração sem precedentes dos mercados financeiros nacionais e uma aceleração da integração produtiva, diminuindo progressivamente a importância dos mercados domésticos em relação ao mercado internacional; e há uma fragilização financeira dos Estados nacionais, seja pela perda de importância relativa dos mercados domésticos, seja pelas mudanças que ocorrem nos mercados financeiros” (FILHO e CORRÊA, 2011, p. 105).

Apesar disto, vale ressaltar que, embora tenha ocorrido uma mudança no perfil institucional de atuação da CEPAL, que incide sobre a compreensão contemporânea da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, é possível identificar a continuidade de alguns elementos, embora de forma marginal. Ou seja, o trabalho da CEPAL, embora não contemple a criação de um conceito amplo e autóctone de desenvolvimento, continua fornecendo elementos para analisarmos os dilemas latino-americanos, associados a desenvolvimento econômico, justiça social e democracia inclusiva⁶.

Neste sentido, a agência tem publicado um conjunto de documentos que contém dados e indicadores relevantes para a compreensão da realidade latino-americana contemporânea e do dilema mencionado⁷.

Todo ano, a CEPAL publica o “Anuário Estatístico” da região, contendo indicadores e gráficos analíticos, que procura apresentar uma visão integrada, dividindo-se em seções relacionadas a: Estatísticas Sociais (População, Trabalho, Educação, Saúde, Serviços Básicos, Pobreza e Gênero); Estatísticas Econômicas (PIB, crescimento, setores econômicos, consumo, balança de pagamentos, investimentos, preços, ...); Estatísticas Ambientais (condições físicas, cobertura terrestre, ecossistemas, recursos biológicos, governanças ambiental, desastres naturais, ...).

Além disto, publica regularmente uma série de estudos, contendo análises, tendências e desafios sobre diversas dimensões da região, destacando-se o “Panorama Social da América Latina”, que acentuam, em maior ou menor medida, os efeitos da desindustrialização, da falta

⁶ Como apontam Filho e Corrêa: “concluimos que a CEPAL ainda realiza pesquisas e diagnósticos relevantes para a região da América Latina, porém que não tem mais condições de realizar um papel de Escola de Pensamento, pois, para isso, seria imprescindível uma independência de atuação que os organismos multilaterais não têm, pelo menos desde os anos 1990” (FILHO e CORRÊA, 2011, p. 94).

⁷ Todas as publicações, bem como inúmeros documentos, estão disponíveis no site da CEPAL: <http://www.cepal.org/es>

de capitais e investimentos, da desigualdade social, sob diversas formas (renda, idade, serviços, ...) que tanto repõem como procurando ampliar os elementos acima apontados para a compreensão e a implementação de um desenvolvimento sustentável latino-americano.

Em suma, embora a concepção e sua importância na implementação de políticas desenvolvimentistas tenha mudado, a CEPAL continua sendo uma importante fonte de informações e dados sobre a região e sua produção continua estimulando o debate, sempre adiado embora necessário, para a superação dos dilemas latino-americanos.

4. Conclusão

Este trabalho procurou discutir a atuação da CEPAL e seu papel no debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano.

Desta forma, procurou demonstrar que a atuação inicial da agência foi marcada por uma relativa autonomia, o que permitiu a elaboração de conceitos e perspectivas críticas e originais sobre o desenvolvimento latino-americano. Neste sentido, as formulações de R. Prebisch e Celso Furtado contribuíram para a projeção do pensamento cepalino e a indicação de uma atuação estatal ativa e voltada à industrialização regional, sendo vigorosa tanto no plano conceitual como político. Tais autores forneceram contribuições originais e que mantém certa atualidade sobre a temática do planejamento e desenvolvimento regional.

No entanto, desde os anos 80, uma série de fatores transformaram o papel da agência e modificaram suas concepções e atuação. Desta forma, a busca de uma visão autóctone de desenvolvimento se esgotou, com constatação da nova conjuntura e condições internacionais adversas e a incorporação de novos elementos ao conceito de desenvolvido, emergindo a noção de desenvolvimento sustentável. Tal conceito, agora hegemônico, embora incorpore dimensões importantes da realidade social e forneça uma compreensão mais complexa de tal fenômeno, fragmenta e fragiliza uma análise voltada aos problemas tipicamente latino-americanos.

Além disto, ocorre uma mudança do perfil institucional da CEPAL que passa a atuar como uma agência integrada e subordinada ao sistema multilateral representado pela ONU, refletindo novos interesses e perspectivas sobre tal temática, adotando uma postura moderada e consensual. Sendo assim, pode-se indicar que o trabalho dos grandes intelectuais mencionados e outros foi substituído por uma visão subordinada e burocrática.

Em suma, apesar disto, a atuação da CEPAL continua sendo importante, seja como formuladora ou provedora de dados e análises sobre os indicadores regionais, e corresponde ao

desafio latino-americano, sempre atual, que se constitui em combinar desenvolvimento econômico (crescimento), com desenvolvimento social (justiça social) e desenvolvimento político (democracia inclusiva). Sua superação (ou não) irá indicar os rumos da América Latina neste século.

5. Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, E. S. e ALMEIDA FILHO, N. "Notas para uma Teoria do Desenvolvimento Capitalista na Periferia: Contribuições e Limites da Teoria da Dependência". In: Anais do VI Encontro Nacional da SEP. São Paulo: jun. de 2001.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. Santiago do Chile: Revista CEPAL, 2005.
- CEPAL. "Anuário Estadístico". Santiago do Chile: CEPAL, 2017.
- CEPAL. "Panorama Econômico Social". Santiago do Chile: CEPAL, 2017.
- CORAZZA, G. O "regionalismo aberto" da Cepal e a inserção da América Latina na Globalização. Porto Alegre: Ensaios FEE, v. 27, n. 1, p. 135-151, 2006.
- COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, vol. 16, n. 1 (29), p. 45-64, 2007.
- FILHO e CORRÊA, Niemeyer A. e Vanessa P. A CEPAL ainda é uma escola de pensamento? In: Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, 2011.
- FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico (10ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GUMIERO, Rafael G. A resignificação do conceito de dependência na América Latina: o diálogo entre Prebisch e Cardoso-Faletto. In: Silva e Johnson, Marcos A. e Guillermo A. Da razão à utopia, da ira à esperança: uma introdução ao pensamento latino-americano. Curitiba: CRV, 2017.
- LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MORAIS, R. Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTOS, T. A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. In: Revista de Estudos Avançados (USP), vol. 15, n. 43, p. 347-362, 2001.
- TAVARES, M.C. (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.